

Revisão de Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção

A convite da Câmara de Comércio Internacional, Transparência Internacional, o Global Compact das Nações Unidas e o Fórum Económico Mundial - Iniciativa de Parceria Contra a Corrupção (PACI), escrevemos para expressar o nosso forte apoio à Convenção da ONU contra a Corrupção e à necessidade de agir para criar um eficaz mecanismo de revisão da sua implementação no âmbito da Conferência dos Estados Partes a ser realizada em Doha em Novembro de 2009.

Como líderes empresariais, reconhecemos os riscos e danos causados pela corrupção. Por conseguinte, as nossas empresas conduzem rigorosos programas anti-corrupção. Vimos como a generalizada corrupção nos países desencoraja o investimento e torna difícil para as empresas competir numa base ética.

A adopção da Convenção das Nações Unidas, em Dezembro de 2003 foi um importante avanço, pois reconheceu que uma estrutura global é necessária para combater a corrupção mundial. É muito encorajador que a Convenção tenha sido assinada por 140 países e ratificada por 136. No entanto, o seu sucesso permanecerá incerto até que seja estabelecido um mecanismo de revisão eficaz. A experiência com outras convenções anti-corrupção demonstra que a revisão da implementação é crucial.

Em nossa opinião, a Convenção das Nações Unidas é um instrumento essencial na luta contra a corrupção, porque abrange todos os países do mundo, tanto emergentes como desenvolvidos; porque aborda todos os tipos de práticas corruptas, tanto no sector público como no privado, e porque contém medidas preventivas, bem como disposições para o efectivo cumprimento da lei. A Convenção mantém a promessa de reduzir a corrupção e criar um campo competição nivelado para todos os participantes na economia global.

A Convenção das Nações Unidas é um instrumento jurídico complexo e exige um acompanhamento cuidadoso da sua implementação para alcançar os seus objectivos. Vontade política e acção determinada por parte dos governos são necessárias para pôr em prática uma prevenção eficaz e medidas de execução, bem como novos processos de cooperação internacional. Esperar que as disposições da Convenção resultem, sem um follow-up de revisão, seria um erro perigoso.

Especialmente agora, num período de profunda turbulência financeira e económica, um

mecanismo de revisão eficaz é essencial. A crise económica, inevitavelmente, colocará graves tensões sobre a concorrência mundial, ameaçando desencadear um processo de erosão das normas Éticas que depois será difícil de inverter.

Em Dezembro de 2006 os participantes na Convenção concordaram que "efectiva e eficaz revisão da implementação da Convenção (...) é de importância primordial e urgente. "Consideramos que é essencial que a Conferência de Doha em Novembro de 2009 tome medidas para estabelecer um mecanismo eficaz de revisão. Outro atraso prejudicaria a credibilidade da Convenção e a sua capacidade para criar o impulso que vença a corrupção.

Reconhecemos que cabe aos governos decidir como o mecanismo de revisão deve ser organizado. Contudo, temos um forte interesse em ver que o mecanismo será credível e eficaz e oferecemos as sugestões seguintes. Primeiro, o processo deverá ter um adequado e fiável financiamento de longo prazo. Segundo, deve incluir a visita a um dado País por auditores de outros Países. Terceiro, o processo deverá funcionar de forma transparente, com a participação do sector privado e outras partes interessadas, e com a publicação de relatórios.

A adopção de uma aplicação rigorosa de um mecanismo de revisão será uma mensagem muito positiva para os negócios internacionais. As nossas Empresas irão trabalhar activamente para tornar a Convenção um êxito. Um grande número de empresas industriais e de negócios globais lançaram já iniciativas contra a corrupção, e isso testemunha a nossa determinação em incrementar a Ética corporativa. Tais esforços serão grandemente reforçados se forem realizados sob a égide da Convenção das Nações Unidas.